

AVALIAÇÃO DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA MATO-GROSSENSE SOBRE INDISCIPLINA ESCOLAR

Domenico dos Santos Médici¹, Mônica Strege Médici², Marcelo Franco Leão³

Resumo: O contexto escolar é múltiplo e dinâmico, pois nele estão inseridos diferentes atores que se inter-relacionam. Relações permeadas por um conjunto de regras estabelecidas cujo não cumprimento, pode ser entendido como indisciplina escolar. A presente investigação teve como objetivo analisar percepções de um grupo de professores, de uma escola pública mato-grossense, sobre a gravidade da indisciplina escolar e como lidar com ela. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, de abordagem quantitativa, ocorrida nos últimos meses de 2019. Ao todo, participaram da pesquisa 17 professores de uma escola estadual do município de Vila Rica/MT. Os dados foram coletados por meio de um questionário contendo 10 (dez) questões fechadas, cujos resultados foram tabulados em gráficos e discutidos com base no referencial teórico. Cada questão era referente a algum aspecto da conduta do estudante relacionado com a indisciplina escolar. Para avaliar tais aspectos, foram utilizadas quatro escalas de gravidade: nada grave, pouco grave, grave e muito grave. Pelos resultados analisados é possível inferir que os professores consideram como casos mais graves de indisciplina do

-
- 1 Licenciado em Educação Física pelo Centro Universitário de Volta Redonda(UNIFOA). Pós-Graduação em Educação Física Escolar. Professor da Educação Básica do Estado de Mato Grosso (SEDUC). Atualmente atua como diretor da Escola Estadual Maria Esther Peres, Vila Rica, Mato Grosso, Brasil.
 - 2 Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas e Bacharel em Ecologia (Centro Universitário de Várzea Grande). Especialização em Ensino de Biologia (Universidade Candido Mendes). Membro do Grupo de Pesquisa Ensino de Ciências e Matemática no Baixo Araguaia (EnCiMa). Professora efetiva na Escola Estadual Professora Maria Esther Peres, Vila Rica, Mato Grosso, Brasil.
 - 3 Graduado em Licenciatura em Química (UNISC)e em Física (UNEMAT). Pós-graduado em Orientação Educacional (Dom Alberto) e em Relações Raciais na Educação e na sociedade Brasileira(UFMT). Mestre em Ensino (UNIVATES). Doutor em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (UFRGS). Membro do Grupo de Pesquisa Ensino de Ciências e Matemática no Baixo Araguaia (EnCiMa). Docente permanente do PPGEnsino (IFMT/UNIC). Professor de Química no Departamento de Ensino do IFMT Campus Confresa, Confresa, Mato Grosso, Brasil.

comportamento estudantil: incentivar os colegas ao mau comportamento e insultar ou ameaçar o(a) professor (a). Por outro lado, atos de conversar com os colegas, interromper explicações do professor ou divergir do que ele falou não são considerados, pela maioria dos professores, comportamentos indisciplinados. Após a análise dos dados, torna-se possível considerar que, para os(as) professores(as), as discussões sobre indisciplina escolar proporcionam reflexões importantes acerca desse fenômeno, possibilitando a esses atores sua compreensão e possivelmente, subsídios para minimizar seus impactos na aprendizagem dos estudantes.

Palavras-chave: comportamento escolar; indisciplina estudantil; relações interpessoais.

1 INTRODUÇÃO

O contexto escolar é múltiplo e dinâmico, pois é constituído por diversos sujeitos em diferentes estágios (biológicos, cognitivos, afetivos), o que reúne diferentes pontos de vistas, engendrando reflexões acerca das relações entre professores e estudantes. No ambiente escolar, é comum ocorrerem alguns desencontros que podem configurar-se como conflitos de interesses entre gerações. No entanto, há que se refletir sobre as mudanças de comportamento no ambiente escolar: Quem mudou? Mudamos nosso jeito de ver a vida? Até que ponto as mudanças contemporâneas podem influenciar nas relações entre professores e estudantes?

Nesse contexto desarmonioso, uma das expressões mais presente em debates docentes é indisciplina escolar, cuja subjetividade e polissemia determinam vários significados dentro do contexto escolar e junto aos grupos de professores(as). Tampouco identifica-se esforços para analisar coletivamente a teoria disponibilizada por referenciais teóricos acadêmicos e condiciáveis. Se, alguns professores(as) acreditam que a indisciplina esteja enraizada na 'educação que vem de casa', outros grupos e professores, consideram-na derivada de atos de violência e da interação social não positiva e outros, ainda, creditam-na ao rompimento do contrato didático ou dos acordos previamente estabelecidos entre os envolvidos: professores e estudantes.

Para trazer luz a este estudo é importante contextualizar as relações entre os sujeitos, Maffesolli (2007) traz uma importante reflexão acerca da identidade e das identificações do sujeito no mundo pós-moderno. Isso pode ser avaliado no contexto escolar, onde as diferentes 'tribos' que a princípio, conviveriam em espaços comunitários, acabam por se isolar. Muitas vezes, esse isolamento e separação no ambiente escolar ocorre entre professores, que tem como objetivo o ato de ensinar, e estudantes, que buscam aprender. Uma das causas dessas diferenças pode estar atrelada ao fato de pertencerem a gerações distintas, com diferentes pontos de vistas, o que pode ser o cerne do problema em discussão: a indisciplina escolar. Essas divergências precisam ser trabalhadas à luz da objetividade de cada grupo, de forma que elas possam convergir entre si, contribuindo para que haja troca de experiências em torno da objetividade do ato educativo.

Nóvoa (2022, p. 17) aponta que: “O modelo escolar serviu bem os propósitos e as necessidades do século XX, mas, agora, torna-se imprescindível a sua metamorfose”. Nesse sentido, é importante refletir acerca dos diferentes olhares e perspectivas presentes no contexto escolar, afim de consolidar e estabelecer conexões entre professores e estudantes a respeito dos principais entraves enfrentados em seu cotidiano. Ademais, o universo da sala de aula é único, geralmente mediado por um professor, ocupando a posição de regente da turma, e estudantes que passam a ser orientados por esse professor, todos em busca de um mesmo objetivo: a aprendizagem. Por isso, seria simples pensar que todo professor se dispõe a ensinar e todo estudante a aprender, mas na prática isso nem sempre acontece.

Em um de seus estudos, Bourdieu (2004) destaca que é grande a possibilidade de conflito intergeracional quando reunimos sujeitos de diferentes faixas etárias e com diferentes perspectivas. Esses conflitos, muitas vezes, podem ser caracterizados como indisciplina escolar. Para Freire (2018), tanto o autoritarismo quanto a licenciosidade não levam à liberdade, mas sim à confusão generalizada. Dada a dificuldade de entrar em um consenso acerca do tema, este artigo se propõe a investigar como professores definem indisciplina escolar e, dada a importância, aprofundar o diálogo para melhor definir o termo dentro da realidade observada.

Frente ao exposto, esse estudo teve por objetivos analisar as percepções de um grupo de professores, de uma escola pública mato-grossense, sobre a gravidade da indisciplina escolar e discutir suas estratégias para lidar com ela. O presente texto foi organizado em seções, sendo a primeira a introdução, que apresentou o assunto, sua delimitação, justificativas e relevâncias para a realização do estudo, além do objetivo. Na segunda seção, foram realizadas reflexões teóricas sobre o conceito de disciplina e indisciplina escolar, bem como as relações interpessoais que se estabelecem em sala de aula. Na terceira seção são apresentados os procedimentos metodológicos, seguida da seção com os resultados e discussões. Por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências utilizadas.

2 REFLEXÕES TEÓRICAS

O ambiente escolar abriga diferentes sujeitos sociais, pertencentes a distintas faixas etárias, com variados níveis de formação educacional, diversidade de gêneros, culturas e etnias, provenientes de diferentes contextos sociais (MELO, 2012). Todos contribuem para consolidar o espaço escolar como um espaço de convivência, para isso, esse espaço apresenta um conjunto de regras que se estabelecem como:

[...] normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos;

normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p. 10).

Como destaca a autora supracitada, na escola se produz e reproduz cultura como um bem imaterial e de forma subjetiva. Assim, podemos entender a indisciplina escolar como um conceito intrinsecamente ligado à cultura escolar.

De acordo com Fonseca (2014, p.1): “Se recorrermos ao dicionário, vamos encontrar várias definições para disciplina entre elas: obediência a hierarquia, treinamento, submissão ao controle e a regra”. Assim, indisciplina seria, portanto, a negação de todos esses significados. Estrela (2002) define indisciplina como a falta de cumprimento das regras que foram estabelecidas em comum acordo entre as partes.

Foucault (1979) afirma que o poder disciplinar tem por intuito otimizar a qualidade do trabalho e da atividade humana, sendo desta forma um meio de estabelecer poder controlando hábitos, gestos e associações, entre outros aspectos. Dessa forma, temos a normatização da disciplina como mecanismo de controle métrico para classificar padrões de comportamentos como normais ou anormais.

De acordo com Longarezi (2003), muitas vezes o que se coloca em questão é o fato de alguns professores entendem a necessidade em disciplinar como requisito para o ato de ensinar. Mas, o que é disciplinar alguém? Para muitos, o conceito de disciplinar está voltado para um determinado conjunto de regras como por exemplo, o ordenamento de conduta em relação ao ambiente da sala de aula.

Sob o ponto de vista social, entre professores e estudantes percebe-se distintas expectativas em relação à educação. Enquanto estudantes acessam novas e diferentes formas de comunicação, variadas informações tecnologias contemporâneas, os professores permanecem tentando conciliar o contemporâneo e o tradicional. Não se trata, portanto, em busca de uma razão, mas de uma equidade. Freire (2018) ressalta que construir educação com vistas à liberdade do indivíduo requer mais que um discurso, mas uma prática voltada à ruptura de privilégios, exigindo de todos os envolvidos, revisão de posições e criação de possibilidades compartilháveis entre professores e estudantes.

Os aspectos relacionados à indisciplina são subjetivos e, portanto, podem apresentar nuances distintas. Foucault (2011), em sua obra ‘Vigiar e Punir’, descreve a Escola como um sistema associado ao Estado para manter o controle dos corpos sob uma relação de poder. Nas palavras do autor:

Temos em suma, que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o “privilégio” adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas —

efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados (FOUCAULT, 2011, p. 29).

Nessa obra, Foucault sustenta a existência de uma tendência humana em manter relações de poder entre as classes como estruturas intactas, ou seja, aquilo que a pessoa entende como algo errado, muitas vezes, foi transmitido/reproduzido desta forma. Isso faz com que o sujeito leve adiante tais ideias e informações sem refletir ou contestar, apenas transmitindo algo ensinado e concebido como verdade absoluta.

Dada a subjetividade do conceito de disciplinar, de certo modo, torna-se difícil conceituar a indisciplina, até porque, cada sujeito traz para si os elementos que considera determinantes para definir sua concepção de indisciplina. Todavia, no ambiente escolar acaba prevalecendo a relação de dominador e dominado, ou seja, a palavra final cabe ao professor. Mas, será que é sempre da parte do professor que precisa partir o 'domínio' no ambiente escolar? Enquanto sociedade pós-moderna, estão sendo respeitadas as individualidades das pessoas, a capacidade criativa dos jovens e a relação de poder em sala de aula? Para tantos questionamentos, fica a certeza da necessidade de refletir e compreender o assunto, uma vez que é na escola que formam os membros da sociedade. "E, já que a educação modela as almas e recria os corações, ela é a alavanca das mudanças sociais" (FREIRE, 2018, p. 18).

Tais mudanças, defendidas pelo autor, só são alcançadas quando a indisciplina é encarada como fenômeno social e se reconhece a comunicação efetiva como o melhor caminho de enfrentamento desse problema. Não se trata de descumprir de regras necessárias no ambiente escolar, mas de buscar no diálogo coletivo os combinados para a boa convivência.

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma 'apropriação', mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que se seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que se apodera de um domínio (FOUCAULT, 2011, p. 29).

De acordo com o autor, as relações de poder são inerentes à sociedade humana arraigada e perpetuada na condição humana. Contudo, é possível analisar nossas práticas sobre a gênese dos conflitos entre professores e estudantes voltados a conhecer o verdadeiro impacto da indisciplina ou desobediência no ato de se apropriar do saber, uma vez que não é papel da escola transmitir conhecimento e sim ocasionar o aprendizado.

Na perspectiva da formação integral do sujeito, desconstruir paradigmas são importantes quando se pretende formar um cidadão crítico capaz de exercer plenamente sua cidadania e, neste sentido, é preciso repensar as relações da própria escola com os estudantes. Aquino (1996) afirma que ainda na escola contemporânea há quem confunda democratização com deterioração do ensino e, deste modo, defendem o autoritarismo como prática em face do descaso em relação àqueles que por décadas, foram excluídos do espaço escolar.

Destarte, o debate em torno da indisciplina escolar necessita ser realizado pela perspectiva da diversidade. Nas palavras de Freire (2019, p. 103): “A liberdade amadurece no confronto com outras liberdades, na defesa de seus direitos em face da autoridade dos pais, do professor e do estado.” Assim é possível compreender que as relações de afetividade do professor com a turma facilitam o diálogo e promove um ambiente escolar favorável, o que conseqüentemente, proporcionará um melhor aprendizado.

Sobre educação a educação formal e global, tem-se a seguinte definição:

A educação ativa formal é dada pela a escola. Porém, a educação global é feita a oito mãos: pela escola, pelo pai, pela mãe e pelo próprio adolescente. Se a escola exige o cumprimento de regras, mas o aluno disciplinado tem a condescendência dos pais, acaba funcionando como um casal que não chega a um acordo, quanto a educação da criança. O filho vai tirar o lucro da discordância pais-escola da mesma forma que se aproveitam quando há divergências entre o pai e a mãe (TIBA, 1996, p. 165).

De acordo o autor supracitado, as crianças e adolescentes por vezes podem usar deste artifício para colocar em xeque o posicionamento dos pais e da escola, por esse motivo é importante estabelecer uma constante sintonia entre família e escola.

Muitos pais complicam sua vida porque nunca cobram nada e, de repente, porque o filho vai mal na escola, resolvem cobrar tudo de uma vez. “Não vou criar um vagabundo”, dizem eles, desse “grito de guerra” nasce um monte de regras e exigências (TIBA, 1996, p. 200).

Assim como defendido por Tiba, o diálogo e a linguagem precisam ser constantes para que surta efeito positivo entre os envolvidos: escola, família, professores e estudantes. De fato, a indisciplina pode provocar muitos prejuízos ao processo educativo, e por isso precisa ser enfrentada por todos.

Além de a indisciplina causar danos ao professor e ao processo ensino-aprendizagem, o aluno também é prejudicado pelo seu próprio comportamento: ele não aproveitará que se nada dos conteúdos

ministrados durante as aulas, pois o barulho e a movimentação impedem qualquer trabalho reprodutivo (OLIVEIRA, 2013, p. 21).

Considerando o exposto, é preciso que os envolvidos no processo educativo se adaptem e saibam como se comportar em cada ambiente, ou seja, conhecer, respeitar e dialogar com o outro, pois o convívio em sala de aula acontece com pessoas de pensamentos distintos ou semelhantes. Isso significa que, mesmo cada um tendo suas individualidades, o comportamento precisa ser adequado ao coletivo, respeitando o espaço do outro, pois os direitos de uma pessoa terminam onde começam os direitos dos outros.

Para isso, é fundamental ao professor conhecer os estudantes, os quais possuem personalidades e individualidades distintas, bem como conhecer as regras de convivência firmadas naquela escola. Além disso, é determinante a postura assumida pelo professor, principalmente diante de situações de conflito. Nas palavras de Aquino (1996, p. 88):

Um professor não pode definir um único tipo de postura perante as diferentes classes, idades e níveis sócio-econômico-culturais. Se assim o fizer, não estará levando em consideração a presença do outro no relacionamento. É como se não tivesse interlocutor. Ele não se relaciona com o outro, mas consigo mesmo. Esse professor está fragilizado e tende a piorar se assim permanecer, à medida que perde as oportunidades de se enriquecer a cada novo relacionamento estabelecido.

De acordo com o autor supracitado, é importante ao professor ter olhar cuidadoso para o contexto da sala de aula, ou seja, estar atendo para as singularidades dos estudantes, que em momentos são curiosos, outras vezes querem acolhimento e atenção, alguns mais agitados, outros mais calmos, além daqueles que precisam de limites, contudo, todos com o mesmo propósito de buscar conhecimentos para assim realizarem seus sonhos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo configura-se como um estudo descritivo e exploratório, de abordagem quantitativa. Demo (1985, p. 23) afirma que “pesquisa é a atividade científica pela qual descobrimos a realidade.” Assim, optou-se pela realização da pesquisa entre os sujeitos pertencentes a uma escola pública localizada no município de Vila Rica/MT, localizado a cerca de 1.300 Km da capital Cuiabá. A pesquisa foi realizada no intuito de compreender os respectivos posicionamentos dos professores diante da indisciplina escolar.

Ao todo, participaram da pesquisa 17 professores que atuam na unidade. No entanto, antes mesmo de buscar as informações a campo, todos os professores da escola foram informados dos objetivos, métodos e finalidades da pesquisa, sendo que esses aceitaram participar voluntariamente. Cabe informar

que esses professores assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para não influenciar no resultado da pesquisa, suas identidades foram omitidas e preservadas desta forma, todos puderam expressar livremente sua opinião. A coleta de dados ocorreu nos últimos meses de 2019, durante os encontros de formação continuada promovidos pela escola, conhecidos como 'sala do educador'.

Dentre os investigados, sete deles são do sexo masculino e dez do sexo feminino. Foram sete professores com idade entre 26 e 35 anos, cinco investigados entre 36 e 45 anos e outros cinco, com 46 anos ou mais. Destes, treze são graduados e quatro possuem especialização Lato Sensu. Sobre o tempo de atuação profissional, oito deles possuem experiência de até dez anos, quatro de dez a vinte anos e cinco com mais de vinte anos de atuação.

Como instrumento utilizado para coletar dados, foi elaborado um questionário, contendo 10 questões fechadas, em quatro escalas de gravidade - nada grave, pouco grave, grave e muito grave -, as quais foram adaptadas de Oliveira (2013). As questões solicitavam que os professores avaliassem os seguintes aspectos:

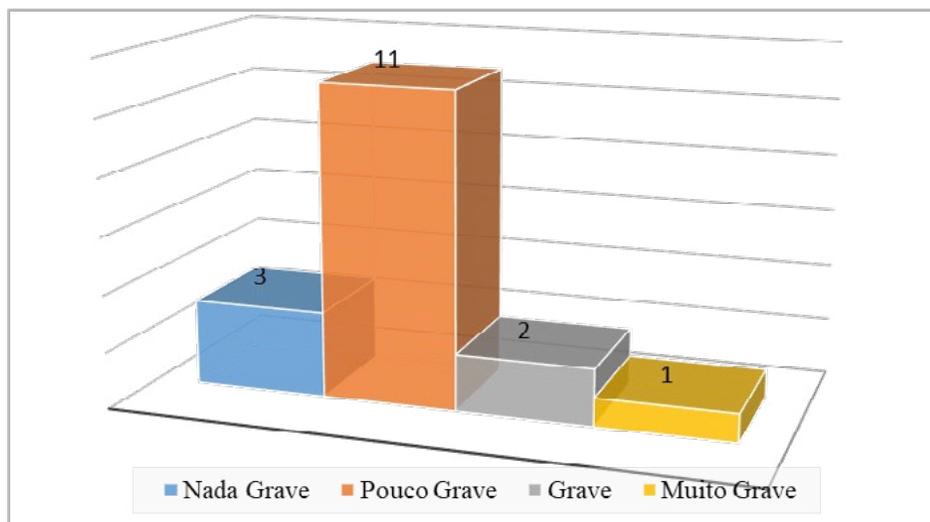
1) Conversar com o colega do lado sem autorização do professor; 2) Fazer barulho - com canetas, cadeira, bolas, etc. - quando solicitado silêncio; 3) Entrar em sala de aula sem pedir licença quando a mesma já estiver em andamento; 4) Incentivar colegas ao mau comportamento; 5) Ameaçar o professor; 6) Interferir na fala do colega quando o mesmo está tirando dúvidas com o professor; 7) Repetir baixo o que o professor diz; 8) Insultar o professor; 9) Interromper o professor com questões fora do assunto; 10) Circular pelo espaço da sala de aula sem autorização do professor.

Os dados foram tabulados e seguem apresentados em formato de gráficos. A análise foi realizada de maneira a extrair a opinião dos investigados sobre sua perspectiva acerca da indisciplina escolar, o que possibilitou a construção de argumentos para a produção deste texto. Cabe ressaltar que a análise e discussão dessas respostas foram realizadas de acordo com o referencial teórico que fundamentou esse estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um primeiro aspecto levantado foi sobre o ato de conversar com o colega do lado, sem autorização do professor - figura 1 -. Dentre os resultados, onze afirmaram que é pouco grave, três afirmaram ser nada grave, dois afirmaram ser grave e somente um afirmou ser muito grave.

Figura 1: Conversar com o colega do lado sem autorização do professor.



Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2020).

Observa-se que, ao se colocar no lugar estudante, que por sua vez chega à escola empolgado para socializar com o colega de classe o qual tem uma grande afinidade, acaba às vezes por querer dialogar em momentos inadequados. Cabe ao professor orientar em qual momento poderá fazê-lo. Longarezi (2003) afirma que o professor entende que para ensinar inicialmente é preciso disciplinar, porém, o entendimento de disciplina é variável. De acordo com o ponto de vista dos investigados, a maioria dos professores compreende ser um comportamento pouco grave e cabe orientação aos estudantes em relação aos acordos feitos em sala de aula.

Um segundo questionamento feito foi em relação a emitir barulho - com canetas, cadeiras, bolas, etc. - quando o professor solicita silêncio - figura 2 -. Os resultados foram os seguintes: nenhum investigado afirmou ser nada grave; cinco, afirmaram ser pouco grave, oito afirmaram ser grave e quatro, afirmaram ser muito grave.

Figura 2: Fazer barulho quando solicitado silêncio.



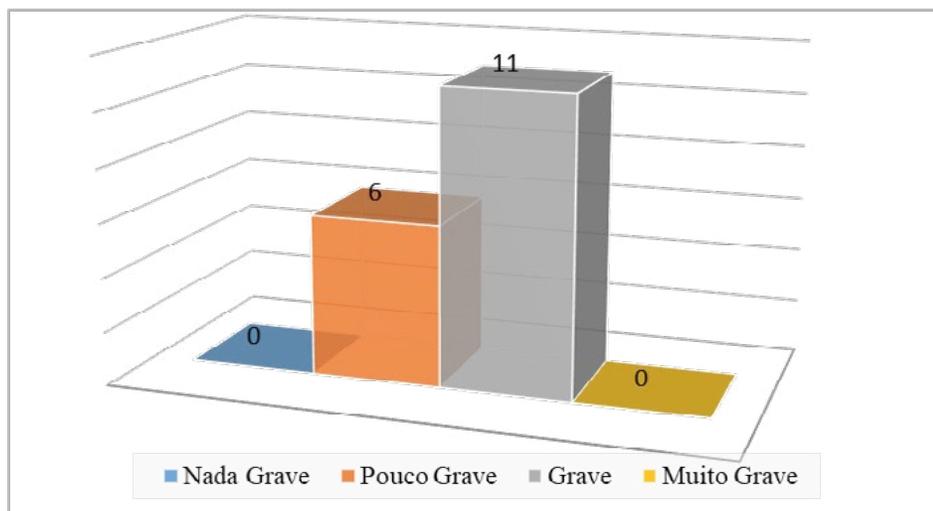
Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2020).

Se adaptar e saber como se comportar em cada ambiente, conhecer, respeitar e dialogar, sabendo respeitar o espaço do outro, e reconhecer até onde vai o direito de cada um, em interferir nos direitos coletivos são pontos essenciais para uma boa convivência social. O diálogo precisa ser constante e a linguagem, semelhante, para que surta efeito positivo entre escola, pais, autoconhecimento e consciência social do estudante.

Para Oliveira (2013, p. 21) “Tanto o barulho quanto a movimentação atrapalham prejudicando a assimilação do conteúdo ministrado”. Para isso, é imprescindível a elaboração e construção democrática de um contrato didático bilateral entre professor e os estudantes.

Um terceiro aspecto questionou a avaliação dos investigados sobre a conduta dos estudantes entrarem em sala de aula sem pedir licença enquanto a mesma, já se encontra em andamento - figura 3-. Nenhum investigado afirmou ser nada grave ou muito grave, seis, afirmaram ser pouco grave e onze, afirmaram ser grave.

Figura 3: Entrar no espaço de aula sem pedir licença.



Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2020).

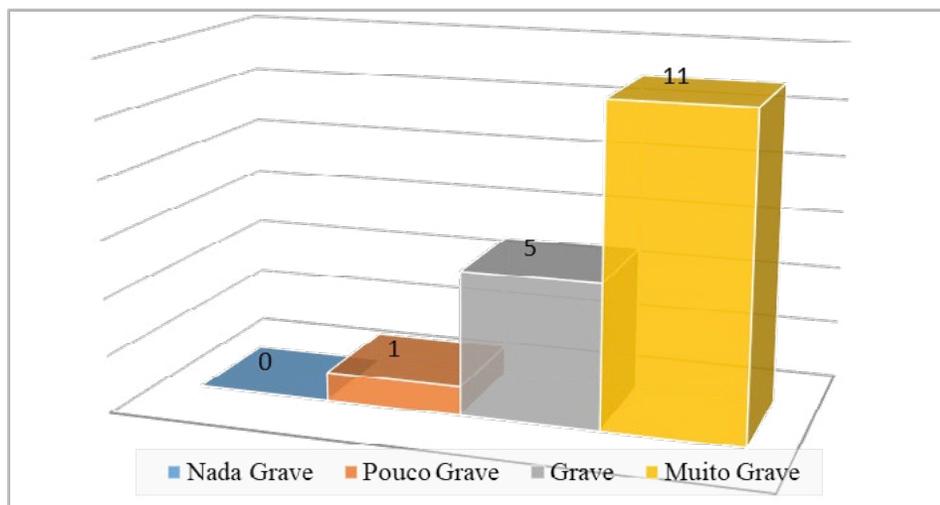
Essa constatação, relativa à gravidade do ingresso em sala de aula sem prévia autorização, pela maioria dos professores, reforça a definição de indisciplina anteriormente apresentada. Cabe retomar que a indisciplina pode ser considerada, quando algumas das partes envolvidas descumprem as regras ou acordos firmados (ESTRELA, 2002).

Considerando uma determinada situação: o professor iniciou a explicação para a classe e nesse mesmo momento, abriu a porta da sala para evitar possíveis interrupções. Os estudantes, ao perceberem a porta aberta, entraram sem pedir licença, porém, fazendo o mínimo de barulho possível, e ocupando o primeiro lugar disponível na sala.

Como afirma Aquino (1996), não é possível ao professor ter a mesma postura perante as distinções das faixas etárias, classes e indivíduos, ou seja, é preciso analisar o contexto em cada situação. Cabe a análise do fato quanto à postura dos estudantes, se certa ou errada? Fica a reflexão. Como também podemos refletir em casos de apresentações de trabalhos, proporcionar a vivência de estar no lugar do outro nas determinadas situações e como agir.

Há situações complexas no cotidiano escolar, mas devemos entender que o diálogo é a base de todas as relações humanas. Outro ponto investigado, foi quanto ao grau de gravidade da influência dos pares entre si, desenvolvendo comportamentos inadequados. Na figura 4 são apresentados os dados referentes ao entendimento dos professores sobre a conduta de “Incentivar os colegas ao mau comportamento”.

Figura 4: Incentivar os colegas ao mau comportamento.



Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2020).

Interpretando os dados coletados, nenhum professor afirmou que essa conduta é nada grave, um investigado acredita ser pouco grave, cinco acreditam ser grave e onze, afirmaram ser muito grave. Não é possível entender que na escola democrática pode “tudo”.

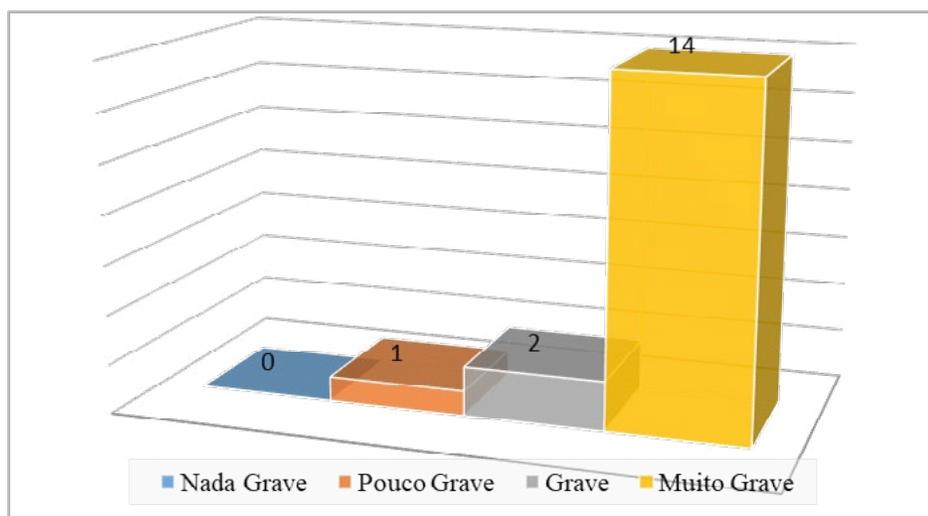
Aquino (1996) alega que, ainda na escola contemporânea, há quem confunda democratização com deterioração do ensino e deste modo defendem o autoritarismo como prática em face do descaso em relação àqueles que por décadas foram excluídos do espaço escolar. Nóvoa (2022) defende que a escola necessita de transformações para se adequar à nova conjuntura da vida em sociedade, tudo isso para favorecer o estabelecimento de boas relações interpessoais entre professores e estudantes, desenvolvendo não só respeito mútuo como também, um ambiente agradável para o aprendizado.

Apresentar ao estudante que o confronto de ideias é saudável, desde que respeitoso, consiste em uma oportunidade para refletir e compreender os limites sociais e respeitáveis das liberdades individuais e coletivas, para que não se construa uma concepção equivocada entre liberdade e libertinagem.

Outro aspecto a ser considerado é que os acordos feitos coletivamente precisam ser respeitados, que o processo educativo é democrático e uma oportunidade de desenvolvimento e construção coletivos. Um exemplo da participação dos estudantes é a construção do contrato didático, uma ferramenta pedagógica imprescindível para a organização da sala de aula. No entanto, é preciso haver respeito às individualidades, lembrando que cada um precisa responsabilizar-se por seus atos.

Nesse sentido, a indisciplina escolar é subjetiva e, portanto, é necessário que estudantes e professores estabeleçam conjuntamente acordos que possam balizar o relacionamento em sala de aula, sem extravasar os limites preestabelecidos e acordado entre ambos. Neste sentido, dialogar, a fim de conhecer o que um espera do outro torna-se imprescindível. Na figura 5 apresentaremos a conduta de “ameaçar ao professor”.

Figura 5: Ameaçar o professor.



Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2020).

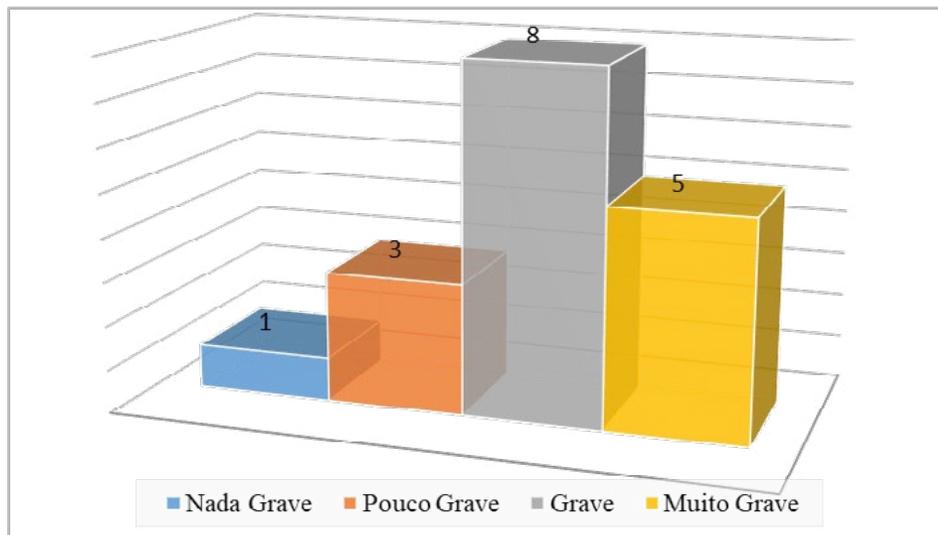
Observa-se que nenhum investigado apontou como nada grave, um apontou como pouco grave, dois, como grave e quatorze, ou seja, uma parcela significativa dentre os investigados apontou como muito grave. Os dados corroboram a afirmação de Freire (2019, p. 103): “A liberdade amadurece no confronto com outras liberdades, na defesa de seus direitos em face da autoridade dos pais, do professor e do estado”.

Deste modo, o professor necessita estar preparado para mediar os conflitos e tentar restabelecer a ordem por meio do diálogo e da reflexão acerca não só da motivação, como também, das consequências. No caso de uma ameaça, é preciso reportar a seus superiores, como mecanismo para resguardar sua segurança e trazer a família para uma reflexão no intuito de dissuadir o estudante da conduta indevida, demonstrando que isso poderá implicar em consequências.

A figura 6 descreve uma situação corriqueira em sala de aula, refere-se à interrupção na fala dos colegas enquanto o professor esclarece dúvidas de outro. Cabe interpretar as condições que essas situações ocorrem e a intencionalidade.

Percebe-se que um investigado afirmou que a conduta é nada grave, três que é pouco grave, oito que é grave e cinco, que é muito grave.

Figura 6: Interferir na fala do colega quando se está tirando dúvidas com o professor.

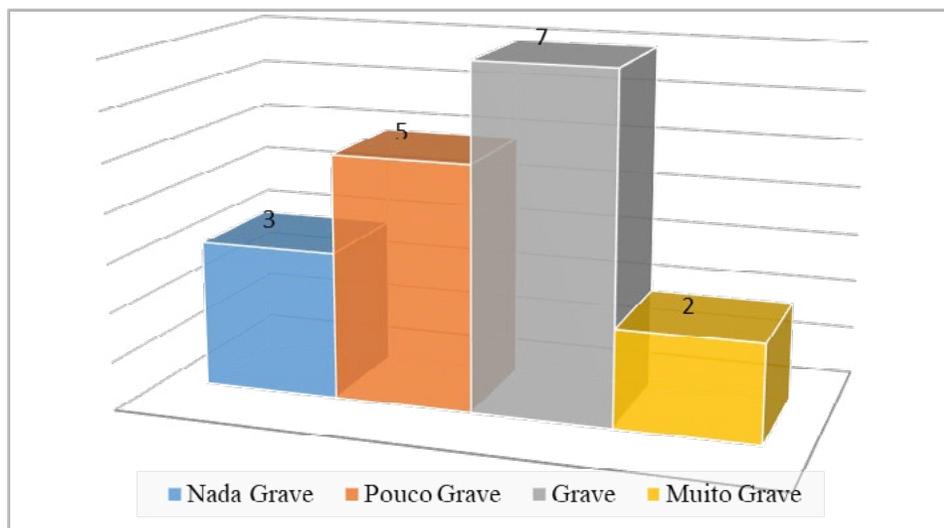


Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2020).

Os estudantes geralmente têm receio de se expor, às vezes o colega, interrompendo sua fala, provoca desencadeamento de raciocínio, por vezes, não necessariamente para promover desordem. Segundo Foucault (2011) superar a relação entre dominado e dominador, usufruindo melhor do diálogo enquanto se utiliza de estratégias, métodos e técnicas de relações interpessoais, permite que o estudante se sinta mais seguro para dialogar e participar, compreendendo que todos tenham o direito de fala. No entanto, para que essa vivência proporcione o fortalecimento entre as relações interpessoais, faz-se necessário esclarecer àqueles com hábito de interromper, sobre a importância em aguardar seu momento de fala, uma vez que não tiveram seu direito ao pronunciamento, cerceado.

Outro aspecto avaliado pelos professores foi referente à repetição de suas falas e explicações em tom mais baixo por parte de um estudante - Figura 7 -. Sobre essa conduta, foi possível observar que três investigados consideraram como nada grave, a repetição das falas do professor, cinco, pouco grave; sete, afirmaram ser grave e dois, muito grave.

Figura 7: Repetir baixo o que o professor diz ou divergir do que ele falou.



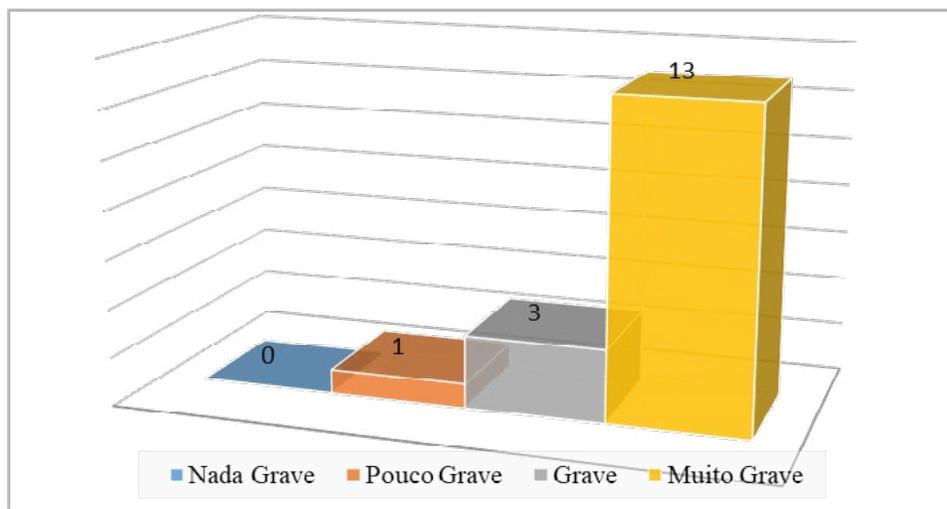
Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2020).

Oliveira (2013) constatou resultados semelhantes quanto a esse aspecto ao investigar os professores portugueses a respeito da indisciplina escolar, sendo que quase a totalidade considerou “pouco grave” ou “nada grave” quando os estudantes apresentam opiniões divergentes ou equivocadas.

Segundo Foucault (2011) os aspectos que envolvem a disciplina ou indisciplina escolar são subjetivos, estabelecidos em uma relação de poder e, portanto, podem apresentar nuances. Como registrado, as percepções sobre gravidade e indisciplina são relativas a uma série de questões, como ambiente, faixa etária, meio de assimilação do estudante e temática trabalhada.

Também foi solicitado que avaliassem a questão do insulto para com o professor na conduta do estudante - figura 8-. A ampla maioria, treze professores, considera ser muito grave, outros três, consideram ser grave e apenas um deles, considerou ser pouco grave essa situação.

Figura 8: Insultar o professor.



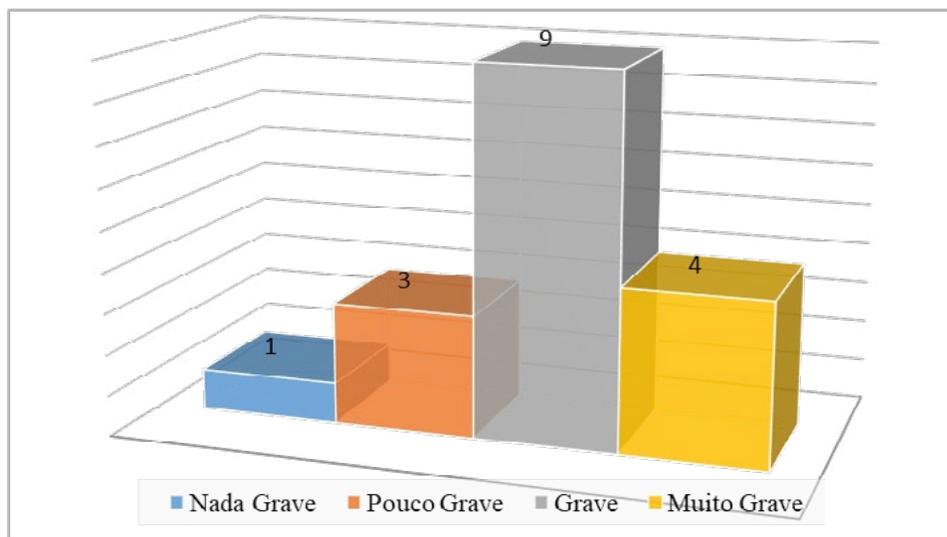
Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2020).

No estudo desenvolvido com professores portugueses, realizado por Oliveira (2013), essa conduta e comportamentos, nos quais, a integridade física do professor é colocada em risco, também foram considerados muito graves, pela ampla maioria.

O ato educativo envolve profissionais, estudantes, pais e cidadãos em geral, nessa convivência diversa, situações conflituosas tornam-se frequentes. Ou seja, é impossível supor que a indisciplina se resolva em um passe de mágica. No entanto, insultos e ameaças à integridade física de qualquer um dos autores, são, realmente, muito graves. Segundo Tiba (1996) muitas vezes, os filhos que vivenciam a escola, poucas vezes são cobrados em relação ao respeito, a ouvir e ser ouvido, em suma, não possuem o hábito de dialogar, por mais simples que seja essa ação.

Outro aspecto analisado na conduta dos estudantes, relacionado com indisciplina, foi o ato de interromper o professor com questões fora do assunto educacional. Os dados foram tabulados e seguem apresentados na figura 9. Nove professores consideraram esse tipo de conduta grave, outros quatro, consideraram muito grave, três deles julgaram pouco grave e apenas um, definiu como nada grave.

Figura 9: Interromper o professor com questões fora do assunto.



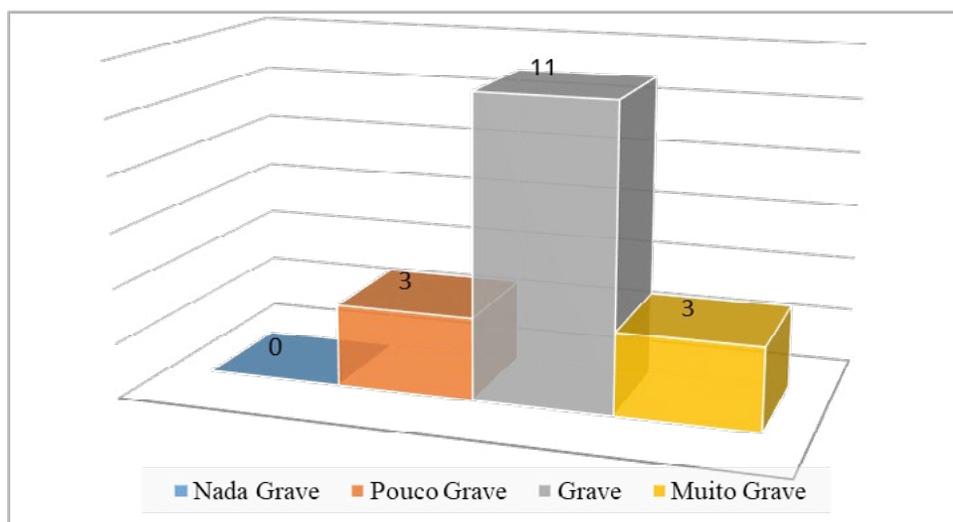
Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2020).

Os resultados divergem do que Oliveira (2013) encontrou no estudo com professores portugueses, que consideraram pouco grave ou nada grave, interromper uma explicação ou se expressar, desde que sobre o assunto em estudo. Para eles, é fundamental como indicador de participação dos estudantes nas aulas. Por outro lado, os professores participantes desta pesquisa, consideram, para esse resultado, a necessidade de reforçar os combinados estabelecidos. Se por um lado, é importante que o professor seja próximo dos estudantes, por outro, isso pode levá-los a confundir as relações, sem distinguir momentos e situações.

As relações de afetividade entre o professor e a turma, facilitam o diálogo e promovem harmonia em sala de aula consequentemente, proporcionam melhores aprendizagens aos estudantes. Mas, segundo Freire (2019), a afetividade com os estudantes, não isenta o professor de sua responsabilidade e autoridade, assim como, a alegria presente em sala de aula com certeza, melhora as relações de grupo e o ambiente educativo.

O último aspecto que foi avaliado pelos professores dessa escola foi a circulação de estudantes pela sala de aula sem autorização do professor - figura 10 -. Ao todo, onze professores reiteram tal conduta como grave, três investigados consideram muito grave e, outros três, consideram pouco grave.

Figura 10: Circular pelo espaço de sala de aula sem autorização do professor.



Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2020).

Segundo Oliveira (2013), barulhos e movimentações desnecessárias, em sala de aula, faz com que os estudantes percam a concentração em trabalhos de reprodução, slides, explicações, filmes, áudios e outros, minimizando o aproveitamento dessas estratégias para a compreensão de temas. A adaptação de mecanismos de conduta relativos à ocupação do ambiente escolar, otimizar a capacidade de julgamento necessária às aprendizagens necessárias ao bem relacionar-se, na escola, na vida e na sociedade, e permite aos atores educacionais, aprimorar suas percepções acerca de respeitar e ser respeitado, não só se tratando do espaço físico, como também, acerca de momentos e formas de se comunicar. É na escola portanto, que o germe das relações interpessoais se desenvolve, aprendendo a respeitar e ser respeitado, na escola, o estudante constrói a base para todo relacionamento interpessoal: dialogar, ouvir e ser ouvido.

Cabe ressaltar que, diante da compreensão prévia do grupo sobre indisciplina escolar, foram realizados momentos formativos com o grupo na sala do educador. Nessas ocasiões, além da apresentação dos dados tabulados, foram realizadas leituras e algumas indagações para promover reflexões acerca do assunto com os professores dessa escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo possibilitou analisar a avaliação de um grupo de professores de uma escola pública mato-grossense sobre a gravidade da indisciplina escolar e como lidar. Foi possível verificar, dentre os dez aspectos avaliados, que os comportamentos mais graves de indisciplina, na percepção dos professores

investigados, foram: incentivar os colegas ao mau comportamento, insultar ou ameaçar o professor foram os considerados. Por outro lado, atos de conversar com os colegas, interromper explicações do professor ou divergir do que ele falou não são considerados, pelos professores, comportamentos indisciplinados.

Tendo em vista que a organização é fundamental, é importante construir acordos coletivos para que não seja necessária a imposição e o autoritarismo. As principais ferramentas são: o diálogo, o conhecer e o respeitar as opiniões, é necessário que a tríade família, escola e estudante se apropriem efetivamente da construção educacional e das interações que promovam a convivência pacífica e saudável, capaz de produzir aprendizagens e principalmente, auxiliar o estudante a reconhecer e ocupar seu lugar de direito, de maneira consciente sobre seu papel na sociedade, na construção de sua história e na política relação interpessoal.

A função da escola ultrapassa o ensino formal, pois ela assume uma função social que se sobrepõe à transmissão de conhecimento. Logo, esse estudo pode ser considerado uma reflexão importante, que precisa cada vez mais ser difundida e realizada nas escolas, a fim de que se conheça o que é indisciplina e como pode ser tratada no contexto escolar com o objetivo de minimizar seus impactos na aprendizagem dos estudantes. Por esse motivo, indica-se a realização de estudos futuros em outros contextos e segundo a percepção de outros sujeitos envolvidos, como os estudantes e gestão escolar, para que esse fenômeno possa ser mais bem compreendido e enfrentado.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa (org). **Indisciplina na escola: Alternativas teóricas e práticas**. 8. ed. São Paulo: Summus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

ESTRELA, Maria. Teresa. **Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula**. 4. ed, Porto, Portugal: Porto editora, 2002.

FONSECA, Miriam M. **Indisciplina na Escola: Uma Relação de Poder**. IN.: PARANÁ. Governo do Estado. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE-Produções Didático- Pedagógicas. 2014. Versão Online. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uel_ped_pdp_miriam_maria_da_fonseca.pdf . Acesso em: 01.10.2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal,1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários a Prática**. 59. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 9, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749>. Acesso em: 19 jan. 2022.

LONGAREZI, Andréa Maturano. **Educação Moral e Limites Princípios Norteadores da Ação Docente**. RPD –Revista Profissão Docente, Uberaba, v.3, n.9, p.21-31,set/ dez. 2003.

MAFFESOLI, Michel, Tribalismo pós-moderno: Da identidade às identificações. **Ciências Sociais UNISINOS**. São Leopoldo, v. 43, n. 1, jan/abr 2007.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. **História da Educação no Brasil**. 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

NÓVOA, Antonio. **Escola e professores proteger, transformar e valorizar**. Colaboração Yara Alvim. Salvador: SEC/IAT, 2022.

OLIVEIRA, Rui Pedro Fialho de. **Relatório final de estágio realizado na Escola Básica 2,3 Eugénio dos Santos no ano lectivo 2012/2013**. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Motricidade Humana. BFMH / Master Thesis, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/6063> . Acesso em 12. out. 2020.

TIBA, Sçami. **Disciplina, limites na medida certa**. 1. ed. São Paulo: Editora gente, 1996.